

## **ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.**

### **Pregão Eletrônico nº 16/2022**

**SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.**, pessoa jurídica de Direito Privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.791.896/0001-00**, sediada na *Rodovia BR 381 – Fernão Dias, s/nº, Km 485,3, Santo Antonio, Betim, Estado de Minas Gerais, CEP: 32.684-298*, por seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a augusta presença de Vossa Senhoria, apresentar

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Com fulcro no art. 24 do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, art. 9º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, com o art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o art. 5º, *caput*, XXXIV, alínea 'a', da Constituição Federal, assim como com a Súmula 473 do egrégio *Supremo Tribunal Federal*, pelas razões de fato e de Direito a seguir consignadas.

## **DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

1. Ilmo. Sr. Pregoeiro, a Impugnante tomou conhecimento de aviso de licitação versando sobre a realização de pregão eletrônico, cuja sessão pública será realizada pelo portal eletrônico – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com abertura agendada para as 14 horas do dia **17/02/2022**.

2. De início, verifica-se que a presente impugnação é tempestiva, uma vez que o próprio edital estabeleceu que:

*28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL*

*28.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para [pregao3.novafriburgo@gmail.com](mailto:pregao3.novafriburgo@gmail.com) até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.*

3. Destarte, esta peça merece ser recebida e conhecida, a fim de que a falha editalícia por ela apontada seja identificada e analisada, e conduza à retificação do instrumento convocatório. Afinal, essa foi à ordem emanada do egrégio **Supremo Tribunal Federal** ao determinar que:

*Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

4. Ou seja, restando comprovada a ilicitude que será apontada pela Peticionária no transcorrer desta peça, não haverá outro caminho senão conhecer o pedido formulado ao final, a fim de corrigir o defeito contido no edital. Senão, veja-se.

5. **A questão**, igualmente relevante, diz respeito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

6. O edital não deixa claro a questão do reequilíbrio econômico-financeiro.

7. Vale lembrar que o produto licitado está atrelado a produção do monopólio Estatal, ou seja, da Petrobrás, e o contratado não tem nenhuma ingerência sobre os aumentos do gás GLP, portanto, deverá ser assegurado ao contratado o reequilíbrio econômico-financeiro todas as vezes que ocorrerem aumentos da Petrobrás e desde comprovado pelo licitante.

8. Ora, como o licitante pode participar sem ter a garantia de que seu preço será reequilibrado toda vez que ocorrer oneração no seu custo, desde que devidamente comprovado, sendo que o mesmo não tem nenhuma ingerência sobre os aumentos do gás GLP.

9. Sendo assim, o licitante não poderá ofertar o seu melhor preço, pois saberá que terá que suportar o preço ofertado pelo período de 12 meses.

10. A própria legislação assegura ao contratado o reequilíbrio econômico-financeiro toda vez que eleve o custo do seu preço, desde devidamente comprovado.

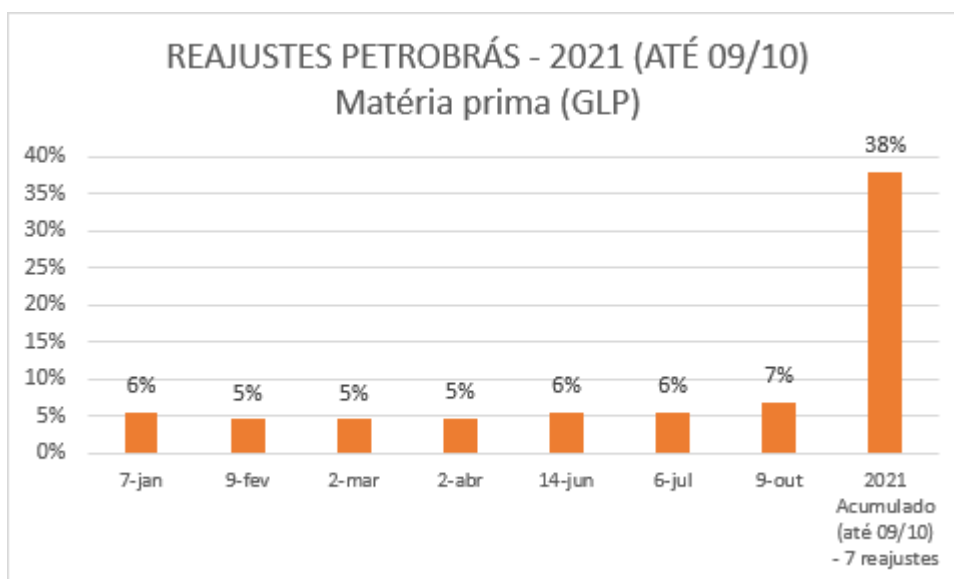
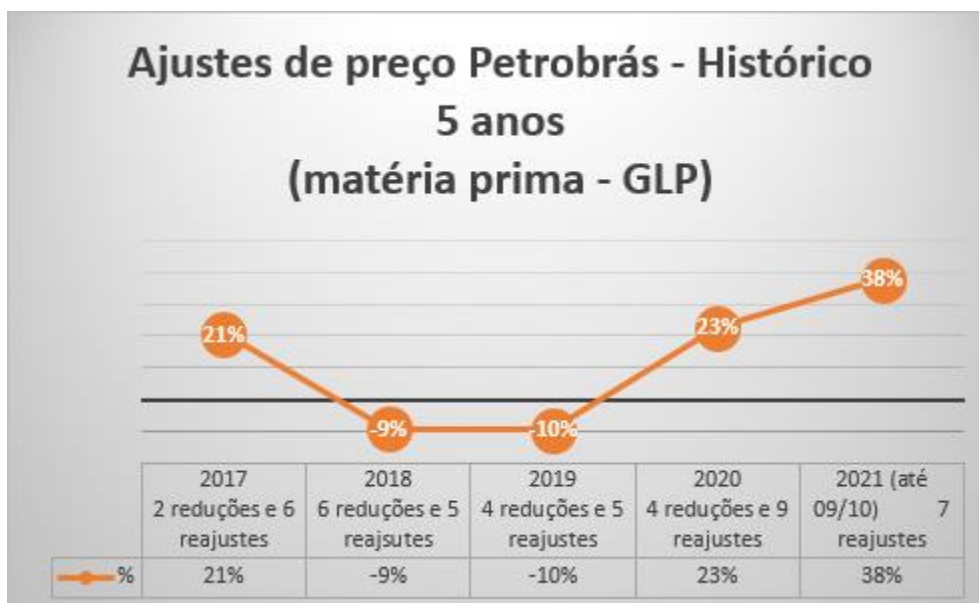
11. Ainda, para corroborar com as informações de que os aumentos e reduções dos preços são imprevisíveis, e ainda, também não é possível mensurar o percentual de aumento ou redução, apresentamos a tabela abaixo:

Ano	Data	%
2017	08/04/2017	-3%
	04/07/2017	-3%

	01/08/2017	5%
	16/08/2017	5%
	06/09/2017	2%
	27/09/2021	5%
	02/11/2017	5%
	02/12/2017	4%
	<b>2 reduções e 6 reajustes</b>	<b>21%</b>
<b>2018</b>	20/01/2018	-6%
	06/02/2018	-4%
	06/03/2018	-4%
	27/03/2018	4%
	08/05/2018	7%
	16/05/2018	3%
	05/07/2018	4%
	20/09/2018	5%
	07/11/2018	-5%
	27/11/2018	-9%
	20/12/2018	-4%
	<b>6 reduções e 5 reajustes</b>	<b>-9%</b>
<b>2019</b>	11/01/2019	-3%
	09/02/2019	-3%
	14/03/2019	5%
	25/04/2019	6%
	24/07/2019	-9%
	05/08/2019	-14%
	22/10/2019	3%
	25/11/2019	1%
	27/12/2019	5%

	<b>4 reduções e 5 reajustes</b>	<b>-10%</b>
<b>2020</b>	08/02/2020	-3%
	19/03/2020	-5%
	26/03/2020	-5%
	31/03/2020	-9%
	23/05/2020	5%
	04/06/2020	5%
	19/06/2020	5%
	23/07/2020	5%
	13/08/2020	5%
	28/08/2020	5%
	20/10/2020	5%
	04/11/2020	5%
	03/12/2020	6%
	<b>4 reduções e 9 reajustes</b>	<b>23%</b>
<b>2021 (até 14/10/21)</b>	07/01/2021	6%
	09/02/2021	5%
	02/03/2021	5%
	02/04/2021	5%
	14/06/2021	6%
	06/07/2021	6%
	09/10/2021	7%
	<b>7 reajustes</b>	<b>38%</b>

12. Segue a tabela de evolução dos preços nos últimos 05 anos.



13. Como vimos, não há como prevermos os aumentos ou reduções dos preços, ainda, para corroborar no ano de 2021 só tivemos aumentos, mesmo assim não é possível prevermos se no decorrer da Ata de Registro de Preço haverá aumento ou redução do preço.

14. Portanto, o reequilíbrio econômico-financeiro deve ser garantido toda vez que ocorrer o aumento na Refinaria produtora Petrobrás, pois, trata-se de monopólio, onde o licitante não tem

nenhuma ingerência sobre os preços.

15. Como vimos, em anos anteriores tivemos aumentos e reduções de preços, e no ano de 2021 tivemos somente aumento, mas poderia ter ocorrido redução de preço.

16. Como o licitante pode entrar em uma licitação já majorando seu preço sem ter a certeza de que ocorrerá o aumento nos meses seguintes a contratação, pois na vigência da Ata de Registro de Preço poderá haver redução de preço na Refinaria, como ocorreu em anos anteriores.

17. Outro ponto a ser observado, é que a Administração já vai pagar mais caro logo na vigência da Ata de Registro de Preço, pois, se ela permitisse o reequilíbrio econômico-financeiro pagaria um preço justo.

18. Assim, a impugnante requer que conste cláusula no edital com previsão de reequilíbrio econômico-financeiro, para que os licitantes participem com a garantia que seus preços serão reequilibrados todas as vezes que ocorrerem aumentos na refinaria produtora.

19. **Diante de toda informação prestada sobre o aumento do produto licitado (gás GLP), como a Administração agirá, ocorrendo os aumentos, concederá o reequilíbrio ou não?**

20. Insista-se, outrossim, que a manutenção da composição trazida pelo edital servirá apenas para impedir a obtenção da proposta mais vantajosa, em dissonância com a Lei 8.666/1993 que assim estabelece:

Art. 3º. **A LICITAÇÃO DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO...**

21. Sobre este tema, a ilustre doutrinadora *Maria Sylvia Zanella Di Pietro*, cujo conhecimento na área é notório e incontestável, ensinou que:

**“O OBJETIVO PRIMEIRO DA LICITAÇÃO É SELECIONAR A MELHOR PROPOSTA. TIRAR DA ADMINISTRAÇÃO ESSA POSSIBILIDADE É REVESTIR O PROCEDIMENTO DE UM RIGOR DESNECESSÁRIO (...)”** (Temas Polêmicos Sobre Licitações e Contratos. 5º edição. São Paulo: Malheiro Editores, págs. 223 /24).

22. Sendo assim, ao contrário do que determina o edital, não faria sentido frustrar o caráter competitivo do certame. Sobretudo porque essa prática fere o disposto no seguinte artigo da Lei 8.666/1993:

Art. 3º...

§ 1º. **É VEDADO AOS AGENTES PÚBLICOS:**

**I - ADMITIR, PREVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS DE CONVOCAÇÃO, CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO,** inclusive nos casos de sociedades cooperativas, **E ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS**



**LICITANTES OU DE QUALQUER OUTRA CIRCUNSTÂNCIA IMPERTINENTE OU IRRELEVANTE PARA O ESPECÍFICO OBJETO DO CONTRATO,** ressaltado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

23. Afinal, os administradores públicos devem sempre velar pela participação do maior número de proponentes possível. Afinal, conforme asseverou *Toshio Mukai*, "**A DISPUTA ENTRE OS PROPONENTES É TÃO ESSENCIAL NA MATÉRIA QUE, SE NUM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, POR OBRA DE CONLUÍOS, FALTAR A COMPETIÇÃO (OU OPOSIÇÃO) ENTRE OS CONCORRENTES, FALECERÁ A PRÓPRIA LICITAÇÃO, INEXISTIRÁ O INSTITUTO MESMO**" (*Estatutos jurídicos das licitações*, 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992, p. 19).

24. Principalmente porque, consoante pacificou o egrégio ***Tribunal Regional Federal da 1ª Região***:

**"1. A LICITAÇÃO TEM NA IGUALDADE DE TRATAMENTO ENTRE OS LICITANTES UM DOS MAIS IMPORTANTES PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS NO PROCEDIMENTO, DE ONDE SE TIRA QUE TODOS OS CONCORRENTES PARTICIPAM DO CERTAME EM IGUAIS CONDIÇÕES E COM IDÊNTICO TRATAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"** (TRF/1ª Região. 6ª T., REO nº 37000077072/MA. Processo nº 1999.37.00.007707-2. DJ 07 fev. 2002, p. 196).

25. Insista-se que, a priori, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/1993) traz em seu bojo a

afirmação objetiva e categórica de que a licitação "**destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**" (art. 3º).

26. Pois, ainda segundo o saudoso mestre:

“*Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa a propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. É o meio técnico-legal de verificação das melhores condições para execução de obras e serviços, compra de materiais e alienação de bens públicos. Realiza-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, sem a observância dos quais é nulo o procedimento licitatório, e o contrato subsequente*” (MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e contrato administrativo*. 14. Ed., São Paulo: Malheiros. 2006, p. 27).

27. Já Diógenes Gasparinni fez explanação precisa sobre o assunto. Veja-se.

A Constituição Federal, no artigo 5º, *caput*, estabelece que, sem distinção de qualquer natureza, **TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI**. É o princípio da *igualdade* ou *isonomia*. Todos devem ser tratados por ela igualmente tanto quando concede benefício, confere isenções ou outorga vantagens como quando prescreve sacrifícios, multas, sanções, agravos. **TODOS OS IGUAIS EM FACE DA LEI TAMBÉM O SÃO**

**PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TODOS, PORTANTO, TÊM O DIREITO DE RECEBER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O MESMO TRATAMENTO, SE IGUAIS. SE IGUAIS NADA PODE DISCRIMINÁ-LOS. IMPÕE-SE AOS IGUAIS, POR ESSE PRINCÍPIO, UM TRATAMENTO IMPESSOAL, IGUALITÁRIO OU ISONÔMICO. É PRINCÍPIO QUE NORTEIA, SOB PENA DE ILEGALIDADE, OS ATOS E COMPORTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. É, ASSIM, UM DOS DIREITOS INDIVIDUAIS CONSAGRADOS TANTO À PROTEÇÃO DOS BRASILEIROS COMO DOS ESTRANGEIROS SUBMETIDOS À NOSSA ORDEM JURÍDICA...** É princípio aplicável às pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, embora encimado pelo título “Dos Direitos e Garantias Individuais” (*Direito Administrativo*. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 19).

28. Destarte, a fim de tratar a todos com isonomia e dar verdadeira competitividade ao certame.

29. Sempre citando *Hely Lopes Meirelles*:

“Não se perca de vista que o interesse público é o princípio dominante das licitações, como, de resto, de todo ato administrativo. Nenhuma escolha se justifica sem que haja real interesse para a Administração, traduzido na proposta mais vantajosa”.

30. Eis a síntese do necessário.

## **DO PEDIDO**

31. Diante do exposto, a Impugnante requer a Vossa Senhoria o conhecimento da presente impugnação ao edital, pois tempestiva de acordo com o art. 24 do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, art. 9º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, com o art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais leis federais e decretos sobre licitações, bem como as suas devidas alterações, ou seu conhecimento, com base na nas súmulas 346 e 473 do e. **STF**, assim como no art. 5º, XXXIV, alínea 'a', da Constituição Federal, para no mérito dar-lhe provimento, para fim, considerando a abrangência e impacto que mencionadas alterações terão, sobretudo para aumentar consideravelmente o número de licitantes interessadas no objeto, a Impugnante requer a suspensão do certame para que tais pedidos sejam analisados e as supracitadas alterações sejam realizadas

Termos em que Pede e Aguarda Deferimento.

Nova Friburgo, 14 de fevereiro de 2022.

  
Kelly 15 de February de 2022 08:15 GMT-3)

Nome: Kelly Cristina Pereira  
RG:307397865 SSP SP  
Cargo: Coordenadora

Assinatura:   
Kelly 15 de February de 2022 08:15 GMT-3)

Email: kpereira@supergasbras.com.br

Título: Coord licitações






# Supergasbras X Prefeitura de Nova Friburgo - Impugnação ao Edital PE 16.2022

Relatório de auditoria final

2022-02-15

Criado em:	2022-02-14
Por:	Teresa Raquel (trcalves@supergasbras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAADTPsC18IYwI7tDEwQoNr8ahHUXjL2QCC

## Histórico de "Supergasbras X Prefeitura de Nova Friburgo - Impugnação ao Edital PE 16.2022"

-  Documento criado por Teresa Raquel (trcalves@supergasbras.com.br)  
2022-02-14 - 21:01:08 GMT- Endereço IP: 177.209.96.205
-  Documento enviado por email para Kelly (kpereira@supergasbras.com.br) para assinatura  
2022-02-14 - 21:01:33 GMT
-  Email visualizado por Kelly (kpereira@supergasbras.com.br)  
2022-02-15 - 11:15:31 GMT- Endereço IP: 177.36.170.203
-  Documento assinado eletronicamente por Kelly (kpereira@supergasbras.com.br)  
Data da assinatura: 2022-02-15 - 11:15:51 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 177.36.170.203
-  Contrato finalizado.  
2022-02-15 - 11:15:51 GMT